

Governo faz ofensiva

ma

Congresso

Jornal de Brasília • 9

para aprovar ajuste

Helival Rios

O governo vai deflagrar nos próximos dias uma intensa operação corpo-a-corpo, a fim de garantir o máximo de aprovação, no Congresso Nacional, das propostas prioritárias para o ajuste econômico. Para executar esse trabalho de convencimento dos parlamentares o governo vai atuar em basicamente duas frentes: uma técnica e uma política. A primeira, será coordenada pelo secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, e a última pelo ministro Jarbas Passarinho, da Justiça. Desse bloco político, participarão, também, os ministros Marcílio Marques Moreira, da Economia, Ricardo Fiúza, da Ação Social, e o futuro ministro Jorge Bornhausen.

A área técnica, segundo explicou ontem um assessor do ministro Marcílio Marques Moreira ao *Jornal de Brasília* vai atuar em duas frentes: uma junto aos assessores técnicos dos parlamentares, considerados, dentro do Congresso, como importantes formadores de opinião; e outra junto aos parlamentares considerados notórios, que têm posição destacada dentro do Congresso Nacional e poder de influenciar seus colegas. A ala técnica do governo vai desenvolver um movimento "de baixo para cima", explicou um assessor do ministro Marcílio.

A favor do governo, segundo se considera no Ministério da Economia, alinha-se o visível processo de recuperação econômica, marcada,

principalmente, por um movimento de queda da inflação (que em março poderá fechar abaixo de 20%), recuperação das reservas internacionais do País (hoje superiores a US\$ 15 bilhões), retomada do fluxo de entrada de capital estrangeiro (US\$ 1,5 bilhão só no mês de março), e recuperação das exportações (que devem crescer mais de 10% este ano, em relação a 1991).

A partir do segundo semestre deste ano, o governo está convencido de que o Brasil entrará numa fase de recuperação também do ritmo de crescimento econômico, movimento este que fortalecerá ainda mais o poder de barganha das posições oficiais no Congresso, já que poderá ser apresentado como evidência do acerto da política econômica do ministro Marcílio.

Objetivo é obter apoio no Congresso para as seguintes propostas:

1) Manutenção da estratégia de desenvolvimento constante do Plano Plurianual de Aplicações (PPA) e preservação das suas principais prioridades para o período 1993-95.

2) Preservação de uma identidade e harmonia entre o PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o orçamento da União (orçamento fiscal, de investimentos e previdenciário).

3) Alteração, através de emenda constitucional, de alguns monopólios, entre eles o da Petrobrás.

4) Alteração do princípio de estabilidade no emprego para os servidores públicos federais, de modo a que o Estado tenha mais agilidade no estabelecimento de sua política de pessoal, e possa combater ineficiências na prestação de serviços públicos.

5) Fim da aposentadoria por tempo de serviço, casando este critério com um limite mínimo de idade, que pode ser entre 57 a 60 anos. A partir dessa alteração, as aposentadorias somente poderão ser concedidas ao trabalhador que cumprir os dois requisitos, ou seja, que tiver 35 anos de serviço e idade mínima de 57 a 60 anos, ainda a ser definida.

6) Regulamentação dos portos, alterando-se, principalmente, o relacionamento trabalhista mantido entre os sindicatos dos estivadores e a administração portuária, privatização de serviços, estadualização ou municipalização do controle portuário e permissão para utilização, por terceiros, dos terminais privativos (das estatais).

7) Aprovação dos acordos bilate-

rais que serão mantidos entre o governo brasileiro e cada um dos países integrantes do Clube de Paris. O acordo recentemente formulado entre o Brasil e o Clube de Paris é de natureza informal, já que o "clube" também é informal. O acordo definitivo terá de ser formulado governo a governo e em seguida submetido, no Brasil, ao Senado Federal.

8) Criação do Imposto Rodoviário, de modo a gerar recursos para manutenção, reparo e construção de rodovias federais. Os recursos para esta finalidade, desde a extinção do Imposto sobre Combustíveis, pela Constituição de 1988, estão vindo do Imposto de Importação do Petróleo, através de um diferencial de alíquota, uma forma precária e improvisada, apenas para evitar uma situação de caos nas rodovias federais do País.

9) Criação do Imposto sobre a Riqueza, conforme projeto já em tramitação no Congresso, uma forma de se inaugurar no País uma taxa sobre o patrimônio, hoje limitada aos imóveis urbanos (através do IPTU) e rurais (através do Imposto Territorial Rural-ITR), esse último de baixa eficácia.

10) Criação do Imposto sobre heranças, também uma forma de ajuste social de tributação de patrimônio.

11) Segunda rodada da reforma fiscal, que tem como objetivo principal reduzir o número de tributos instituídos no País, simplificando o sistema tributário e facilitar a arrecadação. Nesta linha, o governo já pensa em fazer

uma fusão do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) com o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e alterar a sistemática do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), dotando-o de alguns elementos constantes da proposta de criação do Imposto Único.

12) Reforma do sistema financeiro, de modo, principalmente, a dar mais independência ao Banco Central, facilitar a fiscalização do sistema bancário e induzir as aplicações para prazos mais longos.

13) Reforma do sistema previdenciário, abrindo-se o caminho para a sua privatização ou, pelo menos, para uma forte participação da iniciativa privada nos planos de saúde e de pecúlio, passando o governo a ter uma atuação meramente complementar.

14) Redefinição das atribuições das três esferas do Executivo (governo federal, estadual e municipal), de modo a fortalecer o sistema federativo e descentralizar as decisões. Esta tarefa também implica em se completar o trabalho iniciado pela Constituição de 1988, que avançou somente até o rateio dos recursos tributários, mas não redefiniu as responsabilidades.

15) Privatização de setores inteiros, tais como os de energia elétrica, rodovias, ferrovias, correios e outros. O governo quer que a legislação torne-se mais flexível, no sentido de garantir uma melhor atuação de toda a iniciativa privada em importantes setores da economia e da vida social do País. (H.R.)